FIB 14 - 2024

# MAIS UMA VÍTIMA NÃO

## Tecnologias digitais como forma de promoção e proteção de defensores de direitos humanos no Brasil

FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL

# Informações sobre a atividade

**Título:** MAIS UMA VÍTIMA NÃO: Tecnologias digitais como forma de promoção e proteção de defensores de direitos humanos no Brasil
**Tema:** PRIS – Capitalismo de vigilância | PRIS – Cibercrimes | PRIS – Cibersegurança e boas práticas

**Proponente:** Coletivo de Pesquisa e Ativismo de Rondônia sobre Tecnologia, Estado e Sociedade - C-PARTES
Setor: Comunidade Científica e Tecnológica
**Co-Proponente:** Instituto de Referência em Internet e Sociedade - IRIS
Setor: Terceiro Setor

# Palestrantes

## Andressa Regina Bissolotti dos Santos

Setor Governamental - Secretaria Nacional Dos Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+
Doutora e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Paraná, na linha Direitos Humanos e Democracia. Professora em graduação e pós-graduação em Direito. Coordenadora-Geral de Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, na Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. É autora de livro, diversos capítulos de livro e artigos científicos na temática dos direitos de pessoas LGBTQIA+.

## Carlos Cabral

Setor Empresarial - TEMPEST SECURITY INTELLIGENCE
Pesquisador em Cyber Threat Intelligence na Tempest, produz análises estratégicas a respeito de ameaças e vulnerabilidades cibernéticas, apoiando organizações a usarem a perspectiva de inteligência em seu processo de tomada de decisão em cibersegurança. É host do podcast Cyber Morning Call, co-organizador do Livro Trilhas em Segurança da Informação: Caminhos e ideias para a proteção de dados"

## Marcos Cesar M. Pereira

Terceiro Setor - IP.REC
Co-coordenador de pesquisa Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec), onde atua na área de privacidade e vigilância. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Pós-graduando em Design de Interação para Artefatos Digitais na Cesar School. Bacharel em Ciências Sociais - UFPE. Alumni da Escola de Governança da Internet 2023 (NIC.br/CGI.br). Participante do Programa Youth 2022 (NIC.br/CGI.br). Integrou o programa Líderes 2.0 e Policy Shapers 2022 do LACNIC.

# Palestrantes

## Thiane Neves Barros

Comunidade Científica e Tecnológica - Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, Mestra em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA, 2014), Pesquisa sobre Amazônia, ciberativismos, feminismo negro e cultura digital.

# Moderação

## Paulo Renã da Silva Santarém

Terceiro Setor - Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS)
Pesquisador no IRIS, doutorando em Direito, Estado e Constituição na UnB, integrante do AqualtuneLab, consultor voluntário na ISOC Brasil, foi gestor do processo de elaboração do Marco Civil da Internet no Ministério da Justiça.

# Relatoria

## Bianca Galvão Marques

Comunidade Científica e Tecnológica - C-PARTES
Advogada. Mestranda em Filosofia Política pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), na linha de Ética e Filosofia Política Contemporânea. Pós-graduanda em Direito Penal e Criminologia. Vice-Coordenadora do Coletivo de Pesquisa e Ativismo de Rondônia Sobre Tecnologia, Estado e Sociedade (C-Partes).

# Estruturação do workshop

**Objetivos propostos e atingidos**

1) Reconhecer os Riscos Tecnológicos: abordando a importância de reconhecer e compreender os riscos inerentes ao uso das tecnologias pelo estado e pelas milícias;
2) Tecnologia para Defensores de Direitos Humanos: analisar como a tecnologia pode ser uma ferramenta valiosa na promoção e proteção dos direitos humanos, com ênfase na segurança online dos defensores desses direitos;
3) A reflexão sobre quais os Parâmetros Éticos no Uso de Tecnologias, tanto por parte do setor privado, quanto pelo Estado.
4) Capacitar os participantes a enfrentar os desafios tecnológicos em relação aos direitos humanos e a colaborar de forma eficaz na promoção de um ambiente digital e offline mais seguro e ético para todos os envolvidos.

**Resultados propostos e atingidos**

1) Demonstrar o papel da colaboração entre diferentes setores é fundamental para a proteção eficaz dos defensores de direitos humanos online;
2) Apresentar ferramentas existentes para a denúncia e proteção de Defensores de Direitos Humanos no Brasil;
3) Construir um mapa de estratégias para a Segurança Digital.

# Estruturação do workshop

**Justificativa em relação à governança da Internet**

1O Brasil enfrenta um preocupante cenário de violência contra defensores de direitos humanos, com destaque para a região amazônica, onde os índices de assassinatos são alarmantes (ANISTIA, 2022). A utilização crescente de novas tecnologias, como reconhecimento facial e hacking governamental, tanto por parte do estado quanto de milícias, aumenta significativamente os riscos à vida desses defensores. Relatórios da Citizen Lab apontam o uso de softwares de espionagem contra defensores de direitos humanos na América Latina e no Caribe. No Brasil, em 2020, o Ministério da Justiça monitorou mais de 579 pessoas, alegando questões de segurança pública, quando, na realidade, eram opositores do governo rotulados como "antifascistas". Esse monitoramento ocorreu principalmente a partir das redes sociais. A tecnologia está se tornando uma ferramenta de vigilância direcionada a grupos vulneráveis e opositores do governo. Para enfrentar esses riscos, é crucial que o Fórum de Internet no Brasil promova debates sobre violações dos direitos digitais no país. Além disso, é importante reconhecer a tecnologia como meio de promoção de direitos e proteção de defensores de direitos humanos. É fundamental explorar estratégias para proteger esses grupos. A utilização da tecnologia para perseguir ou violentar defensores de direitos humanos representa um ataque à democracia brasileira, à Constituição Federal, ao Marco Civil da Internet e ao Decálogo da Governança da Internet, ferindo princípios como liberdade de expressão, privacidade e direitos humanos, bem como a diversidade e neutralidade da rede. O Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU já destacou a necessidade de impor uma moratória sobre a venda de tecnologias de vigilância em massa. É essencial desenvolver estratégias multissetoriais para proteger aqueles que defendem os direitos humanos no Brasil, entendendo inclusive a tecnologia como uma ferramenta possível de organização para defesa de direitos.

**Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante a atividade**

Para garantir o engajamento da plateia presencial e remota, foi aberto 30 minutos para perguntas, priorizando as questões enviadas pelo virtual, uma vez que estes indivíduos não teriam a oportunidade de conversar posteriormente com os palestrantes. Além disso, utilizamos o padlet, de modo que construímos um mapa de estratégias, com indicações de táticas de segurança digitais, bem como materiais para a letramento digital de cibersegurança, estratégias essas que serão posteriormente anexadas tanto ao relatório final do painel, como em um material complementar que será elaborado pelo proponente para a circulação com entidades da sociedade civil, especialmente aquelas vinculadas a luta pela terra, que possuem os maiores níveis de assassinatos de defensores de direitos humanos no Brasil.

# Estruturação do workshop

**Justificativa em relação à governança da Internet**

1O Brasil enfrenta um preocupante cenário de violência contra defensores de direitos humanos, com destaque para a região amazônica, onde os índices de assassinatos são alarmantes (ANISTIA, 2022). A utilização crescente de novas tecnologias, como reconhecimento facial e hacking governamental, tanto por parte do estado quanto de milícias, aumenta significativamente os riscos à vida desses defensores. Relatórios da Citizen Lab apontam o uso de softwares de espionagem contra defensores de direitos humanos na América Latina e no Caribe. No Brasil, em 2020, o Ministério da Justiça monitorou mais de 579 pessoas, alegando questões de segurança pública, quando, na realidade, eram opositores do governo rotulados como "antifascistas".

Esse monitoramento ocorreu principalmente a partir das redes sociais. A tecnologia está se tornando uma ferramenta de vigilância direcionada a grupos vulneráveis e opositores do governo. Para enfrentar esses riscos, é crucial que o Fórum de Internet no Brasil promova debates sobre violações dos direitos digitais no país. Além disso, é importante reconhecer a tecnologia como meio de promoção de direitos e proteção de defensores de direitos humanos.

É fundamental explorar estratégias para proteger esses grupos. A utilização da tecnologia para perseguir ou violentar defensores de direitos humanos representa um ataque à democracia brasileira, à Constituição Federal, ao Marco Civil da Internet e ao Decálogo da Governança da Internet, ferindo princípios como liberdade de expressão, privacidade e direitos humanos, bem como a diversidade e neutralidade da rede.

O Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU já destacou a necessidade de impor uma moratória sobre a venda de tecnologias de vigilância em massa. É essencial desenvolver estratégias multissetoriais para proteger aqueles que defendem os direitos humanos no Brasil, entendendo inclusive a tecnologia como uma ferramenta possível de organização para defesa de direitos.

**Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante a atividade**

Para garantir o engajamento da plateia presencial e remota, foi aberto 30 minutos para perguntas, priorizando as questões enviadas pelo virtual, uma vez que estes indivíduos não teriam a oportunidade de conversar posteriormente com os palestrantes. Além disso, utilizamos o padlet, de modo que construímos um mapa de estratégias, com indicações de táticas de segurança digitais, bem como materiais para a letramento digital de cibersegurança, estratégias essas que serão posteriormente anexadas tanto ao relatório final do painel, como em um material complementar que será elaborado pelo proponente para a circulação com entidades da sociedade civil, especialmente aquelas vinculadas a luta pela terra, que possuem os maiores níveis de assassinatos de defensores de direitos humanos no Brasil.

# Síntese dos debates

No início do *workshoop* Paulo Renâ, após fazer sua audiodescrição e dar boas vindas aos participantes, indicou a Cartilha Norteando a Governança da Internet do Brasil, pesquisa realizada pelo C-PARTES com o objetivo de insurgir a necessidade de diversidade geográfica na GI, bem como convidou o público a participar e contribuir com o Padlet visando a construção do Mapa de Estratégias para Segurança Digital.

# Síntese dos debates

**Andressa Bissolotti**, representante do setor governamental abriu a mesa respondendo o questionamento: como a tecnologia pode auxiliar na promoção de direitos no contexto do campo e das lutas sociais?

No final de sua fala, a palestrante anunciou que a Secretaria Nacional das Pessoas LGBTQIA+ está na tentativa de chamar uma série de atores para pensar em uma série de políticas para o enfrentamento da violência na Internet, através da Portaria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania nº 394, de 3 de maio de 2024.

| TIPO DE MANIFESTAÇÃO (POSICIONAMENTO OU PROPOSTA) | CONTEÚDO | CONSENSO OU DISSENSO |
|---|---|---|
| **Posicionamento (Andressa Bissolotti)** | A disputa por direitos de pessoas LGBTQIA+, principalmente no cenário digital, não necessita da criação de novos direitos, mas da aceitação de pessoas LGTQIA+ como pessoas de fato e, portanto, também destinatárias de direitos já consolidados | Consenso |
| **Posicionamento (Andressa Bissolotti)** | Afirma que os códigos, de maneira geral, sustentam a existência de um mundo virtual discriminatório e enviesado, justamente porque são sustentados por uma cultura discriminatória e enviesada | Consenso |
| **Posicionamento (Andressa Bissolotti)** | Destacou que há muito discurso de ódio na Internet, mas também viabiliza a conexão e identificação de pessoas que estão em localidades diferentes | Consenso |
| **Posicionamento (Andressa Bissolotti)** | Salientou que a violência tem ganhado mais espaço nas redes sociais do que a promoção de direitos, considerando que as redes são desenhadas para isso | Consenso |

# Síntese dos debates

**Thiane Neves** seguiu com os debates do painel, tendo sua fala girado em torno da questão: quais os principais desafios e práticas multissetoriais que podemos adotar para utilizar a tecnologia na defesa dos direitos humanos no Brasil?
Durante a sua fala apresentou as organizações que faz parte, sendo elas: GIGA-UFBA que tem um trabalho de alerta com os movimentos sociais, grupos LGBTQIA+, grupos feministas e movimentos sociais como um todo; Rede Transfeminista trabalhando junto com os movimentos LGBTQIAP+, movimentos populares em geral - tais como movimentos negros, feministas, campesinos; e o Maria LAB que atua na intersecção entre política, gênero e suas tecnologias.

| TIPO DE MANIFESTAÇÃO (POSICIONAMENTO OU PROPOSTA) | CONTEÚDO | CONSENSO OU DISSENSO |
|---|---|---|
| **Posicionamento (Thiane Neves)** | Apresentou o site Maria d'ajuda primeira linha de ajuda feminista do Brasil que foca a atender na prática esses públicos, pessoas em situação de vulnerabilidade digital, seja perseguição, xingamentos e ofensas de seus mais diversos modelos (racismo, transfobia, misoginismo, lgbtqia+fobia) | N/A |
| **Proposta (Thiane Neves)** | Ao apresentar o site Maria d'ajuda, falou sobre o protocolo seguido para o cuidado de pessoas que estão em vulnerabilidade, sendo o atendimento um processo de acolhimento e de ajuda, mas também de informação | Consenso |
| **Posicionamento (Thiane Neves)** | O trabalho realizado pelo Maria d'ajuda é feito de forma pro bono, em razão da ausência de financiamento<br>Thiane apresentou a proposta de parceria ou possibilidade financeira com a iniciativa privada, governo e até pela própria academia - destacando o papel da multissetorialidade | Consenso |

# Síntese dos debates

**Marcos Cesar M. Pereira** teve como pergunta guia: qual vem sendo a atuação do governo brasileiro quanto ao uso de spywares de vigilância?
Parabenizou o C-PARTES pela sua primeira participação no FIB e pela ocupação, salientando a importância da presença de organizações nortistas no FIB para possibilitar uma escuta da perspectiva nortista da Governança da Internet. Convidou todos para participar da CriptoFrevo que acontecerá no dia 19.10, em Recife.

| TIPO DE MANIFESTAÇÃO (POSICIONAMENTO OU PROPOSTA) | CONTEÚDO | CONSENSO OU DISSENSO |
|---|---|---|
| **Posicionamento (Marcos Cesar)** | Apresentou a pesquisa realizada pelo Ip.REC de Mercadores da Insegurança que buscou identificar difusão de ferramentas do hacking governamental em nível estadual e federal | N/A |
| **Posicionamento (Marcos Cesar)** | Foi localizado 209 contratos e um crescimento de gastos de 2015 a 2021 - se deu, principalmente, em razão das atividades dos referidos anos como as Olímpiadas e a copa do mundo de 2014, além do treinamento de forças de segurança no país | Consenso |
| **Posicionamento (Marcos Cesar)** | Destacou a existência de uma zona cinzenta ante a ausência de regulação de ferramentas de monitoramento remoto, haja vista que a LGPD não se aplica à segurança pública, defesa nacional e defesa de Estado. | Consenso |
| **Posicionamento (Marcos Cesar)** | Discorreu um pouco sobre o Projeto Excel criado no Governo Bolsonaro onde havia a distribuição de ferramentas forenses em troca de dados de investigações. Salientou o interesse nos dados de investigação de tráfico de drogas, pois sabemos o contexto socioeconômico em que a maioria das pessoas acusadas de tráfico são investigadas no país. | Consenso |

# Síntese dos debates

**Marcos Cesar M. Pereira** teve como pergunta guia: qual vem sendo a atuação do governo brasileiro quanto ao uso de spywares de vigilância?
Parabenizou o C-PARTES pela sua primeira participação no FIB e pela ocupação, salientando a importância da presença de organizações nortistas no FIB para possibilitar uma escuta da perspectiva nortista da Governança da Internet. Convidou todos para participar da CriptoFrevo que acontecerá no dia 19.10, em Recife.

| TIPO DE MANIFESTAÇÃO (POSICIONAMENTO OU PROPOSTA) | CONTEÚDO | CONSENSO OU DISSENSO |
|---|---|---|
| **Posicionamento (Marcos Cesar)** | Destacou o caso FirstMile da ABIN paralela onde a ferramenta estava sendo utilizada para monitoramento de localização de autoridades do STF, do Congresso e do Senado, através de vulnerabilidades de sistema de telecomunicações para acessar a localização. | N/A |
| **Posicionamento (Marcos Cesar)** | As ferramentas de monitoramento estão sendo constantemente utilizadas para perseguir jornalistas, políticos e defensores de Direitos Humanos, | Consenso |
| **Posicionamento (Marcos Cesar)** | O uso de tais ferramentas atinge diretamente a soberania nacional, considerando a compra das ferramentas de monitoramento remoto de empresas estrangeiras, sendo que não sabemos como esses dados são tratados por elas. | Consenso |
| **Proposta (Marcos Cesar)** | Apresentou alguns meios de proteção pessoal como: atualização de dispositivos para corrigir vulnerabilidades dos sistemas; utilização de senhas fortes e não clicar em links suspeitos | Consenso |

# Síntese dos debates

**Carlos Cabral** finalizou as exposições respondendo a seguinte pergunta: como as empresas podem, a partir das suas políticas de autorregulação, impactar na segurança de defensores de direitos humanos no Brasil?
No início de sua agradeceu ao FIB, às pessoas componentes do painel, bem como à Will Guilherme por ter feito a ponte para que pudéssemos nos conhecer.

| TIPO DE MANIFESTAÇÃO (POSICIONAMENTO OU PROPOSTA) | CONTEÚDO | CONSENSO OU DISSENSO |
|---|---|---|
| **Posicionamento (Carlos Cabral)** | As políticas de autorregulação das empresas pouco impactam na segurança de Defensores de Direitos Humanos, haja vista que os padrões, normas e procedimentos do mercados são feitos para proteger o mercado, seus acionistas e seus colaboradores | Consenso |
| **Posicionamento (Carlos Cabral)** | Explicou que ataques de *ransomware* impedem que a vítima tenha acesso aos seus dados, muitas vezes, por criptografia e exige um resgate para devolver o acesso, além da não exposição de seus dados | N/A |
| **Posicionamento (Carlos Cabral)** | Destacou a diversificação de criminosos que tem como objetivo a violação de empresas, como por exemplo os Initial Access Broker, Redes de direcionamento, Vendedores de vulnerabilidade etc. | N/A |
| **Posicionamento (Carlos Cabral)** | Quando as empresas sofrem violações e são vítimas de ataque, não há divulgação, a fim de evitar o julgamento público, impossibilitando que outra empresa aprenda a como se proteger de forma mais eficaz | Consenso |

# Síntese dos debates

**Carlos Cabral** finalizou as exposições respondendo a seguinte pergunta: como as empresas podem, a partir das suas políticas de autorregulação, impactar na segurança de defensores de direitos humanos no Brasil?
No início de sua agradeceu ao FIB, às pessoas componentes do painel, bem como à Will Guilherme por ter feito a ponte para que pudéssemos nos conhecer.

| TIPO DE MANIFESTAÇÃO (POSICIONAMENTO OU PROPOSTA) | CONTEÚDO | CONSENSO OU DISSENSO |
|---|---|---|
| **Posicionamento (Carlos Cabral)** | Em relação aos ataques à Defensores de Direitos Humanos, há uma assimetria de poder levando em consideração que As partes que atacam tem acesso aos recursos mais avançados de intrusão para tomar controle do dispositivo das vítimas | Consenso |
| **Posicionamento (Carlos Cabral)** | É necessário que haja cada vez mais a presença da área técnica em eventos como o FIB, a fim de aprender com o que está sendo exposto | Consenso |
| **Posicionamento (Carlos Cabral)** | A saída é pela via multissetorial, pela construção de consensos | Consenso |
| **Proposta (Carlos Cabral)** | Apresentou alguns métodos de segurança digital:<br>a) A maioria dos atacantes por trás de ataques tem a intenção de fazer com que você reaja. Parar, tirar o celular da frente e respirar;<br>b) Não confiar totalmente na tecnologia;<br>c) Sempre desconfiar das mensagens;<br>d) Ler as cartilhas de segurança do NIC.br;<br>e) Não reutilizar senhas<br>f) Usar autenticação multifator; dentre outros. | Consenso |

# Síntese dos debates

Após o término da exposição dos palestrantes, Paulo Renã apresentou os resultados obtidos através da interação do público pelo Padlet

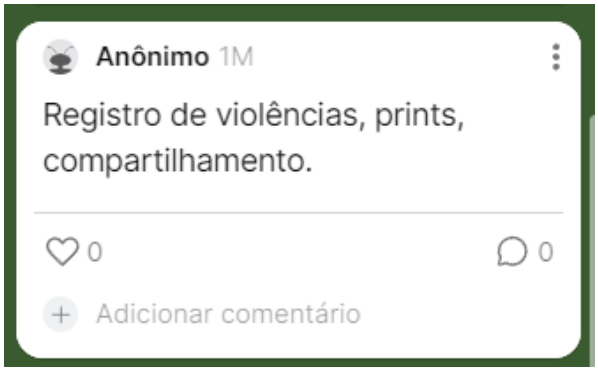
No âmbito das **táticas de seguranças digitais**, estes foram algumas das propostas:

Violações de direitos humanos de pessoas LGBTQIA+ podem ser encaminhadas para o e-mail cgd.lgbtqia@mdh.gov.br, para encaminhamentos pela Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Comunidades online de acolhimento e orientação sobre ações para reagir/lidar com essas violações

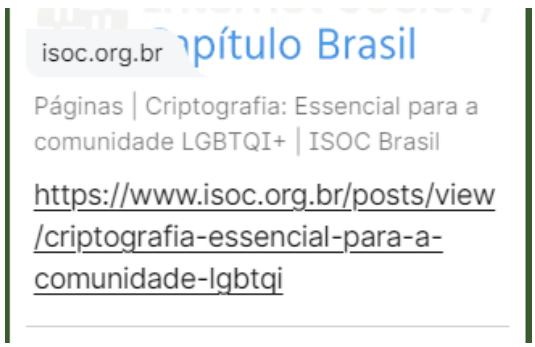
Uso de ferramentas de comunicação com criptografia de ponta a ponta e mensagens temporárias

Para os defensores de direitos humanos, além das estratégias de segurança presentes em diversos guias disponíveis publicamente e que merecem ser mais publicizados e utilizados, é extremamente importante que as pessoas saibam quais os recursos legais que podem lançar mão para a sua proteção e de seus grupos, caso identifiquem que estão em contexto de vulnerabilidades.




Em se tratando da indicação de **materiais para a letramento digital de cibersegurança**:

Guias do CGI
Guia de ciberativismo da Preta Lab
Prato do Dia da Rede Transfeminista
Guias da Escola de Ativismo
Guia Holístico de Cuidados Digitais



# Síntese dos debates

Foi iniciada a interação com o público tendo perguntas realizadas tanto por participantes virtuais quanto presenciais.

| | |
|---|---|
| **Agora Pare (online)** | **Sabemos que o espaço digital pode ser um lugar que amplifica violências simbólicas. Com as ferramentas atuais, como aproveitar esse espaço para fortalecimento de comunidade e fortalecimento de laços?** |
| **Resposta de Andressa** | Isso já está acontecendo, as pessoas utilizam os espaços de plataformas digitais para falar de temas importantes, para gerar conscientização, para gerar políticas públicas e fazer denúncias. Plataformas não são desenhadas para dar visibilidade para esses conteúdos. |
| **Resposta de Thiane** | As comunidades já estão ativas, mas nem todo mundo tem acesso a elas. Assim, os caminhos que foram apresentados durante a exposição pode ser um meio de que mais pessoas alcancem esses grupos. |

| | |
|---|---|
| **Ramiro Queiroz (Presencial)** | **As grandes empresas não enxergam ONGs como clientes em potencial, mesmo quando há o desejo de contratação dos serviços. Como é o cenário no Brasil em relação a isso, considerando que o código aberto morreu ou foi capturado por grandes empresas. A gente tem empresas com comportamento social, responsabilidade e voltado para o nosso público?** |
| **Resposta de Carlos** | As empresas visualizam apenas o capital, enquanto há um sistema de oportunidades ao redor. As pessoas que fazem parte desse mercado devem sair da zona de conforto e vir até esses eventos, sair da zona de conforto para conhecer realidades novas.. |

# Síntese dos debates

Foi iniciada a interação com o público tendo perguntas realizadas tanto por participantes virtuais quanto presenciais.

| Rui - Delegação YOUTH | **Como o Ip.Rec está lidando com a implantação de câmeras de segurança no Estado de Pernambuco?** |
|---|---|
| **Resposta de Marcos** | Contextualizou a pergunta dizendo que a prefeitura de REcife realizou uma parceria público-privada para contratar, aproximadamente, 108 relógios eletrônicos com capacidade de realizar reconhecimento facial. O edital da licitação fala em detecção facial, não sabendo se há uma honestidade ou se hát entativa de burlar o sistema. O Ministério Público Prefeitura foi categórica em dizer que não aplicaria reconhecimento facial, mas ao chegar o carnaval quem aplicou foi o Governo do Estado. Cenário de incerteza enquanto o governo público está brincando de estratégias para implementar a tecnologia no Estado.<br>Ressaltou a campanha local: Tire Essa Câmera da Minha Cara que caminha junto com a campanha do Tire Meu Rosto da Sua Mira. |

| Wilson Guilherme (CPARTES/IRIS/ ASEC) | **O Governo de Rondônia está com uma implantação muito grande de câmeras de vigilância, salientou o avanço de Estados no norte no avanço de *softwares* de vigilância em massa. Na pesquisa reazliada pelo Ip.REC, houve algum dado significativo da região norte?** |
|---|---|
| **Resposta de Marcos** | Em números absolutos, foi a região que mais contratou esse tipo de ferramenta, ficando atrás apenas do sudeste. Devendo levar em consideração questões como proporcionalidade e repasse orçamentário. |

# Síntese dos debates

Foi iniciada a interação com o público tendo perguntas realizadas tanto por participantes virtuais quanto presenciais.

| | |
|---|---|
| **Wilson Guilherme (CPARTES/IRIS/ ASEC)** | **As violências online, principalmente para pessoas que se propõe ser ativistas na internet e são LGBTs são muito mais acirradas do que a "normalidade" das violências. Quais as políticas LGBTs tem sido traçadas pelo Governo Federal, especialmente na perspectiva de cuidado de pessoas LGBTS no campo online?** |
| **Resposta de Andressa** | As políticas que a Secretaria Nacional tem desenvolvido pesquisas relacionadas ao enfrentamento de violência de forma geral, não havendo uma especificidade. Houve a publicação da estratégia de enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+ e que perpassa o fornecimento de centros de cidadania e fortalecimento de casos de acolhimento.<br>Há também a parceria com a ouvidoria nacional dos Direitos Humanos, onde a Secretaria recebe a denúncia, encaminha para ouvidoria e é direcionado ao programa de proteção de defensores de direitos humanos e ambientalistas, quando for o caso.<br>Contato para pedir a intermediação: cgd.lgbtqia@mdh.gov.br (salienta-se a necessidade de produzir provas). |

| | |
|---|---|
| **Wilson Guilherme (CPARTES/IRIS/ ASEC)** | **O que podemos fazer de estratégias de segurança digital do Norte para o Norte?** |
| **Resposta de Thiane** | Ressaltou que a vigilância em território amazônico é histórica, desde as várias camadas de colonização do Brasil na região. Além de destar que o cuidado do território nunca cuidou de quem cuida do território.<br>Não há conectividade significativa nestes locais, mas conectividade precária. Lideranças ficam vulneráveis ao Whatsapp que estão sendo invadidos e vigiados 24/7. Por exemplo, o braço armado do Estado Brasileiro tem conhecimento dos nomes de mulheres indígenas que estão em papel de liderança; Belém implementou 50 câmeras de segurança pública em razão da COP com autorização política, autorização da legislação, com tudo que tem permissão e nós continuamos vulneráveis.<br>Deve-se pensar em estratégias focadas da Amazônia para a Amazônia, com linguagem possíveis, sem colocar as lideranças em cenários mais vulneráveis ainda. |

# Síntese dos Debates

Ao final, **Thiane Neves** destacou os eixos de atendimento da Maria d'ajuda:

- Segurança digital em redes sociais, recomendações específicas para cada acolhimento em caso de perca de conta, discurso de ódio, assédio, dentre outros ameaças digitais que trazem insegurança;
- Segurança digital organizacional, recomendações de estratégias de mitigação de danos em casos de ataque a infraestruturas digitais das organizações ou de outras formas de ameaça digital de acordo com o contexto;
- Repressão, perseguição e censura;
- Avaliação caso a caso; dentre outros.

Apresentou o site Prato do Dia: a refeição dos cuidados digitais que trabalha com orientação a partir da analogia com a cultura alimentar, de modo a oferecer uma transformação cultural para nossas práticas digitais. Um cuidado digital a partir da mudança de hábito, mudança de cultura.

**Paulo Rená** declarou o encerramento do painel agradecendo a presença de todas as pessoas presentes.